

# Não olhe para o horizonte

» RENATA FLORENTINO

Doutora em ciências sociais pela Unicamp. Foi coordenadora da ONG Rodas da Paz e diretora de estudos ambientais e territoriais do IPEDF-Codeplan

Nos últimos dias, o Distrito Federal contou com novos elementos em seu celebrado horizonte. Do céu azul à Torre Digital, ou do Hospital das Forças Armadas (HFA) ao edifício do Buriti, fumaças em diversos tons de cinza deixaram a população preocupada. Se a fumaça de 25 de agosto veio de outros estados, agora foi uma produção local que disparou os medidores da qualidade do ar.

Ao olhar para baixo, cidadãos e servidores à espera de direcionamento do poder público. O que foi comunicado: “Cada um avalie melhor por aí o que fazer!”. O que é uma característica singular do GDF e uma facilidade em termos de governança — a junção da autoridade municipal com a estadual, sem a chance da contradição entre gestores de entes federados diferentes — em vez de gerar um comando assertivo, claro, planejado, mostrou-se um vácuo de direcionamento. Faltou alerta de evacuação para áreas específicas, faltou release e memorando SEI, faltou coletiva de imprensa. Tudo decorrente de uma ausência ainda maior: um protocolo de ação, um plano de adaptação climática.

Não dar a importância devida às queimadas, como se fossem apenas “mais uma”, é banalizar o que na verdade precisa ser enfrentado. Focos de incêndio criminosos devem ser investigados com rigor. A serviço de quem estavam? Cada desconhecido apanhado pela polícia agiu sob iluminação e orientação própria? O que ganhariam colocando foco no Cerrado de Brasília? Talvez, a polícia ainda não saiba o que eles saberiam e o que foi prometido a eles. Mas já sabemos o que todos nós perderíamos com a continuidade das queimadas.

As condições climáticas são a base do nosso modo de vida, dos padrões de produção e consumo, do cultivo e preparo de alimentos. Mudar nossas condições climáticas — no caso, agravando nosso período de estiagem — é



G O M E Z

piorar nossa condição de vida. A provisão de água potável, a produção da agricultura local, as condições de habitabilidade de bairros inteiros estão sob ameaça pela falta de efetividade da ação pública.

Em vez de gestores escolares tomarem decisões no calor, literal e seco, dos acontecimentos, quando a Secretaria de Educação vai finalmente reconhecer que o recesso do meio do ano deve ser transferido para agosto/setembro, meses de condições climáticas mais adversas na capital? O berço das águas, no mês em que se celebra o dia do Cerrado, a capital da República, no mês em que se celebra o nascimento de Juscelino Kubitschek, parece não estar antenado com as necessidades e responsabilidades atuais. Não se evacuou nenhuma área, mas, também, para onde levar as crianças, idosos e pessoas com problemas respiratórios do DF?

E como levar? Ao se olhar para baixo, os raios de sol que atravessam a fumaça iluminam congestionamentos e calçadas quebradas. Os dados do Inventário de Gases de Efeito Estufa do DF mostram o grande peso que o deslocamento rodoviário tem em nossas emissões de

CO<sub>2</sub> e equivalentes. A perda de passageiros do transporte coletivo para o transporte individual, que era uma tendência, se agravou com a pandemia. Para atrair passageiros para o transporte coletivo, o que foi proposto ou feito? A demora em renovar a frota de ônibus das empresas? A ameaça de reter créditos dos cartões dos passageiros? A restrição para pagamento em dinheiro?

Talvez se entenda que é mais prático fugir do apocalipse climático de carro. Mas é o uso intensivo do carro que nos leva para lá. O incentivo irresponsável ao transporte individual motorizado, somado aos incêndios criminosos, transformaram a capital do país num cenário de Mad Max que não faz jus ao território que poderia ser exemplo de políticas públicas para o restante do país.

Um território pequeno, um ente que recebe mais aportes de orçamento público por habitante que qualquer outro, tem a obrigação moral de ser um celeiro de boas ideias e inovações. Os brasileiros deveriam olhar para Brasília como uma referência, uma inspiração. É para isso que a capital foi feita. As ruas abertas, as ruas do lazer, que tanto contribuíram mundo afora para a retomada dos espaços públicos na pandemia, têm na Ciclovía Recreativa de Bogotá e no Eixão do Lazer suas inspirações. Em vez de se valorizar e expandir a ideia para outras cidades do DF, o Eixão do Lazer se encontra sob ameaça.

A periferia metropolitana de Brasília já avançou na oferta de transporte coletivo com tarifa zero para as populações de Formosa e Luziânia. Brasília continuará vivendo do orçamento federal e de seu passado ou mostrará para sua população e o restante do país que pode ainda inovar e ser referência de imaginação e pioneirismo nas políticas públicas? A qualidade e efetividade do nosso Plano de Adaptação Climática é que responderá a essa questão. Enquanto a chuva não vem, essa deve ser nossa agenda prioritária.

## Falando em voz alta sobre suicídio

» PEDRO CAMPOS (PSB-PE)

» CÉLIO STUDART (PSD-CE)

Deputados federais e membros da Frente Parlamentar Mista para Promoção da Saúde Mental

Fazer da saúde mental e do bem-estar de todos uma prioridade absoluta tem sido a motivação de cada vez maior número de pessoas e instituições no país, como demonstra a repercussão crescente que o Setembro Amarelo vem ganhando desde 2013. O 10 de setembro — Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio — consolidou-se como momento de reafirmar compromissos e de celebrar novas alianças, mas devemos estar sempre atentos ao fato de que, por mais que tenhamos avançado nos últimos anos, não chegamos nem perto de uma situação que nos permita relaxar.

Para compreender o tamanho do desafio que ainda precisa ser vencido, basta olhar os números divulgados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Ministério da Saúde (MS). Registram, por exemplo, que, no mundo, morre mais gente como resultado de suicídio do que por complicações decorrentes da contaminação por HIV. Mais até mesmo do que em guerras ou em assassinatos.

Quando se coloca em perspectiva a questão dos jovens (faixa dos 15 aos 29 anos), verifica-se que o suicídio é a quarta causa de morte, superado apenas por acidentes de trânsito, tuberculoses e violência interpessoal. Para piorar ainda mais esse quadro, dados divulgados em setembro de 2022 mostram que, entre 2016 e 2021, houve um aumento de 49,3% nas taxas de mortalidade de adolescentes de 15 a 19 anos, chegando a 6,6 por 100 mil, e de 45% entre adolescentes de 10 a 14 anos, chegando a 1,33 por 100 mil.

Como se muda essa realidade? Olhando com destemor o que temos feito para valorizar os acertos e redirecionar o que precisa ser melhorado. E, sem dúvida, uma mudança que se impõe como necessária e urgente está relacionada ao tamanho dos investimentos públicos

na prevenção e na assistência às pessoas com sofrimento emocional ou transtornos mentais. Consegue-se medir o subfinanciamento da assistência à saúde mental comparando os gastos dessa área com os investimentos públicos em segurança pública — sem, com isso, dizer que há gastos em excesso nessa área, longe disso.

Segundo estudos de especialistas, o Brasil aplica 9,6% do Produto Interno Bruto (PIB) no custeio dos serviços de saúde. Desse total, uma parcela de 3,8% do PIB corresponde aos gastos do governo. Tomando como base o PIB estimado para 2022 — R\$ 9,9 trilhões —, constatamos que todos os entes federados investiram neste ano R\$ 376 bilhões para cobrir despesas com saúde.

Acontece que apenas 2% da verba do SUS é destinada à saúde mental e, desse modo, revela-se que foram gastos R\$ 7,5 bilhões para lidar com um ambiente onde 16.262 pessoas cometeram suicídio. Por outro lado, olhando as despesas com a segurança pública, evidencia-se que esse segmento contou com valores da ordem de R\$ 124,9 bilhões para controlar a violência em um contexto em que foram registrados 47.398 crimes violentos letais intencionais. Ou seja, em um país em que para cada três homicídios contabilizou-se um suicídio, o governo empregou R\$ 3 em segurança pública para cada parcela de R\$ 0,19 aplicado na atenção à saúde mental.

Como deputados integrantes da Frente Parlamentar Mista para Promoção da Saúde Mental, temos procurado contribuir com a luta para alterar essa realidade, articulando para incluir na pauta projetos de lei importantes. Um desses projetos teve requerimento de urgência aprovado e, agora, vamos trabalhar pela aprovação em plenário. É o PL 4.724/2023 (CD), que estabelece políticas públicas de prevenção e

promoção de saúde mental voltadas aos profissionais de saúde, alterando uma série de dispositivos legais regulamentadores do SUS.

Apresentamos requerimento de urgência para o PL nº 4.755/2023, de autoria do deputado Pedro Ahiara, que obriga os conselhos profissionais de classe — como os conselhos regionais de medicina (CRMs) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) — a manterem programas de prevenção ao suicídio e à automutilação para os seus membros. Regula também a divulgação de dados acerca dos casos ocorridos.

Há ainda três outros projetos na fila, e estamos muito empenhados em fazê-los tramitar. O PL nº 6.227/2023, que tem entre seus autores o deputado Célio Studart, cria mecanismos de combate a práticas irregulares, abusivas ou violadoras de direitos em comunidades terapêuticas. A deputada Tabata Amaral é autora do PL nº 958/2024, que estabelece normas gerais sobre abordagens policiais humanizadas a pessoas em situação de crise de saúde mental. Por fim, há o PL nº 1574/2023, de autoria de Ricardo Silva, propondo a disponibilização, nos hospitais públicos e privados, de sala de decompressão para os profissionais de saúde.

Em suma, é como dissemos acima: há muito a ser feito, e teremos mais êxito na medida em que caminharmos em todas as frentes e com muitas formas diferentes de atuação. É preciso articular esferas administrativas e Poderes, empresas e ONGs, sociedade civil e academia. É preciso trazer o compromisso para o âmbito individual, onde cada um de nós tem um papel que ninguém mais pode assumir. Olhar em volta, se pôr no lugar do outro, ouvir, sentir, se antecipar. Por fim, e isso não é pouco, precisamos falar — em voz alta — sobre o suicídio, afrontando o tabu. Esse comportamento pode salvar vidas.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Jogos entregues à própria sorte e jogadores, ao próprio azar

Como previsto pela pequena parcela de brasileiros que utiliza a cabeça para pensar, a liberalização dos jogos de azar, das bets, dos bingos e outras modalidades voltadas para tungar os trouxas traria consigo consequências nefastas muitos além dos supostos benefícios apregoados pelos defensores desse mundo de fantasias. Aqui já foi dito que os afoitos defensores da liberalização dos jogos no país deveriam ser investigados previamente, antes que essa matéria fosse levada adiante e aprovada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Houvesse, ao menos, uma sincera vontade em conhecer de perto quem são aqueles que querem os cidadãos brasileiros mergulhados no mundo obscuro da jogatina desenfreada, nada desses tormentos que agora surgem de todos os lados estaria acontecendo.

O certo é que aqueles que desejam que o Brasil se transforme em um imenso cassino, e que verdadeiramente estão por detrás dessa manobra, não mostram o rosto. Como sempre, fechamos as portas depois de arrombadas. O poderoso lobby dos jogos de azar fez seu trabalho às custas de muito suor e, Deus sabe lá, às custas de que outras coisas mais. Falar em criação de regras para a exploração da jogatina e de mecanismos de fiscalização e controle dos mesmos, num país em que regras, fiscalização e controle só funcionam onde não existe o poder do suborno, é piada sem riso.

A contravenção conhece muito bem os caminhos que levam à absolvição. Não só os caminhos, mas quem pode absolvê-los. Aos ludopatas, ou aqueles tomados pela doença psicológica de compulsão por jogos de azar, foi dada a “Disneylândia das apostas”. Aos hospitais e às clínicas de psiquiatria, um grande volume de pacientes. Do mesmo modo, ao SUS foram empurrados a tarefa e os custos com a chegada em massa desses novos doentes. Sem tocar na destruição de famílias. Aos contribuintes, foram entregues ainda as dívidas com os altos custos desses novos benefícios. Ou seja, o azar fica do lado dos perdedores — no caso, os brasileiros —, e a sorte vai para os bolsos desses empresários enriquecidos com dinheiro fácil. Outro beneficiário direto desses estabelecimentos de apostas serão as organizações criminosas, que terão à disposição excelentes meios de lavar o dinheiro do crime.

Um absurdo anunciado pelo governo para conferir um certo grau de correção na atividade de jogos será a exigência das casas de apostas de apresentarem o perfil desses jogadores. Até mesmo o Ministério da Saúde está sendo recrutado para alertar e fazer campanhas publicitárias sobre os efeitos das apostas na saúde das pessoas. Outra exigência do tipo para inglês ver será a obrigação das casas de apostas enviarem relatórios diários para o Ministério da Fazenda sobre o perfil dos jogadores, renda, valor e frequência das apostas. Aqui fica mais do que patente que ao governo interessa apenas o quanto poderá arrecadar em impostos e outras taxas.

As fraudes já começaram a acontecer, com notícias correntes de empresas que estão explorando tanto os apostadores, como os empregados e o próprio Fisco. O problema é que, mais cedo ou mais tarde, o Judiciário será invadido por uma avalanche de processos individuais e coletivos, feitos por famílias que, de uma hora para outra, perderam tudo, inclusive a casa própria.

Para um país cujas prioridades reais deveriam ser educação, saúde, infraestrutura, água e esgoto tratados e muitas outras necessidades urgentes, a liberação da jogatina demonstra que o governo e mesmo o Congresso estão, como sempre, alheios ao Brasil real, cada um cuidando dos próprios interesses. Essa história de que a Fazenda está cuidando agora para que a regulamentação tenha um potencial para proteger os consumidores não faz sentido, quando se sabe que nem mesmo as metas fiscais estabelecidas pelo próprio governo são cumpridas ou respeitadas.

Outra balela é falar em “jogo responsável”, como se isso fosse possível para dependentes em apostas, criminosos lavando dinheiro e donos de cassinos loucos por encher os cofres das empresas. Também deixar por conta dos apostadores e dos sites uma autorregulamentação é outra sandice. Por fim, tratar esse setor controverso e perigoso como empresas dedicadas ao entretenimento e lazer é fazer troça dos cidadãos.

O fato é que o jogo no Brasil, a partir dessa liberalização geral, está entregue à própria sorte. Os incautos apostadores é que estarão entregues ao próprio azar. Afinal, a liberação do jogo em nosso país é uma boa medida para nosso futuro? Sim ou não? Façam as suas apostas.

### » A frase que foi pronunciada:

“Ninguém gosta de perder, mas não se pode ganhar o tempo todo. Se você perder, tem que levar isso de maneira graciosa”

Steve Wynn

### Nossa cidade

» As crianças que hoje são avós, ao ouvirem o sinal de fim das aulas batido diariamente na escola, saíam correndo para casa. Pegavam bola, patins, beto e passavam o resto do dia na rua. Hoje, as crianças não querem sair da escola ao toque do sinal. Brincadeiras só no parque da escola. Não há segurança para deixar crianças brincando sozinhas nas ruas ou debaixo dos blocos. É uma mudança e tanto de cultura.

### » História de Brasília

Para os que querem entender demais, e que receitam a torto e a direito sem ser médicos, o nome da doença é laringite estridulosa. (Publicada em 18/9/1962)